



SINOPSE SINTIUS

Informativo diário do Sindicato dos Urbanitários

17/10/2022

Disponível em nosso site: <https://sintius.org.br>



As funções da Previdência Social

O Seguro Social dos trabalhadores completará, no dia 21 de janeiro de 2023, cem anos na legislação de nosso país. A partir da Lei Elói Chaves, dispo de as caixas de previdência para os ferroviários, passando pelos Institutos de Aposentadoria e Pensões, por categoria, pela Lei Orgânica da Previdência Social, em 1960, e alcançando a Seguridade Social na Constituição Cidadã, em 1988. A nossa Previdência Social, acompanha o estilo alemão, com a compulsoriedade, obrigatória nas relações de trabalho, e através de contribuições, que deveriam ser tripartites, do empregador, do trabalhador e da União.

O sistema previdenciário sob responsabilidade do Estado deveria cumprir basicamente três funções de caráter social. Em primeiro lugar deveria garantir ao segurado a manutenção de condições próximas a que teria em atividade; assim, a base de cálculo estava estabelecida na média dos 36 últimos salários, devidamente atualizados. Conforme ensinou o Mestre, aposentar-se deveria representar a retirada do trabalhador para os seus aposentos, e assim estaria cumprindo mais uma função, abrindo vagas no mercado de trabalho. Além disso, conforme sempre foi reconhecido pelos economistas, o sistema previdenciário brasileiro é o melhor distribuidor de rendas aqui existente.

Sempre é bom lembrar que a atuária é a área da matemática que trabalha com as probabilidades; é um cálculo importante para os seguros comuns, para as previdências privadas, para garantir o lucro das seguradoras, bancos e instituições financeiras. Quando se fala em Seguro Social, a obrigação do Estado é que dá as garantias. Além disso, nosso sistema previdenciário sempre foi superavitário, muito superavitário, e a tecnocracia preferiu que se utilizasse da fortuna que entrava para financiar grandes obras ao invés de formar um fundo de reserva que garantiria a Previdência Social para sempre.

Saiba mais em: A Tribuna, segunda-feira 17 de outubro.

O que são as jornadas de trabalho não lineares e o que isso influencia na produtividade

Décadas atrás, o dia de trabalho geralmente significava que os funcionários chegavam ao escritório às 9 horas da manhã, almoçavam ao meio-dia e saíam às 17 ou 18 horas — e ponto final.

É claro que a pandemia de Covid-19 mudou esse cronograma. Essa reorganização também gerou novos padrões de trabalho de todo tipo, incluindo o "dia de trabalho não linear". Nele, os profissionais podem cumprir seu trabalho fora do cronograma rígido tradicional, das nove às cinco (ou seis), muitas vezes nos horários que funcionam melhor para eles.

"O trabalho assíncrono permite que as pessoas economizem o tempo do transporte, cumpram as tarefas administrativas durante as horas de baixa produtividade, tenham mais tempo para praticar exercícios e economizem dinheiro com refeições preparadas em casa", afirma ela, Laura Giurge, professora de ciências do comportamento da London School of Economics and Political Science.

E maior flexibilidade costuma trazer também maior produtividade.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, domingo 16 de outubro.

Sonho de jovens com engenharia e medicina acaba em informalidade e baixo salário

"O principal motivo que leva os jovens a deixar de estudar é a busca por renda", afirma Mariana Resegue, uma das coordenadoras do Atlas da Juventude, plataforma de monitoramento, pesquisa e avaliação de políticas públicas para a juventude no Brasil.

"É uma situação muito preocupante, pois a maioria deles acaba na informalidade, com baixos rendimentos e sem contribuir para a Previdência, o que será um grande problema no futuro."

Mesmo em estados mais ricos como São Paulo, a ansiedade dos jovens com o mercado de trabalho é grande, sobretudo com a falta de perspectiva de remunerações mais elevadas.

Aluna da Faap (Fundação Armando Álvares Penteado), em São Paulo, Isabela Guimarães Andrade, 25, diz que seria impossível manter-se sem a ajuda de seus pais, pecuaristas em Rondônia.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, sábado 15 de outubro.

Juros altos e consumo maior de serviços travam comércio e indústria

O comércio varejista e a produção industrial patinaram em agosto no Brasil, enquanto o setor de serviços continuou em alta em meio ao processo de reabertura da economia, sinalizam dados de pesquisas do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Para economistas, há uma combinação de fatores que ajuda a explicar o contexto. Parte do varejo sente mais o efeito dos juros altos. O crédito mais caro dificulta o consumo de bens, sobretudo aqueles de maior valor.

Isso respinga na indústria, já que o comércio é destino de mercadorias produzidas nas fábricas. O aperto dos juros vem após a inflação reduzir o poder de compra da população.

Com o fim das restrições na pandemia, também houve uma mudança no consumo, apontam economistas. Recursos que antes eram direcionados somente para as compras no varejo passaram a ser divididos com gastos em serviços presenciais, como bares, restaurantes, hotéis e eventos.

"Há resquícios da saída da pandemia, o que está afetando positivamente os serviços. As pessoas agora estão consumindo mais serviços e menos bens", afirma Sergio Vale, economista-chefe da consultoria MB Associados.

Essa avaliação ganhou força nesta sexta-feira (14), após o IBGE informar que o volume de serviços prestados no país cresceu 0,7% em agosto, na comparação com julho. Foi o quarto mês seguido de alta.

O avanço superou as projeções do mercado financeiro. Analistas consultados pela agência Reuters esperavam ganho de 0,2%. Com o novo resultado, o setor ficou 10,1% acima do patamar pré-pandemia, registrado em fevereiro de 2020.

Segundo o IBGE, esse desempenho foi puxado por serviços mais voltados a empresas e que tiveram a demanda aquecida mesmo na crise sanitária. É o caso do transporte de cargas e de informação e comunicação.

Com a trégua da Covid-19, atividades presenciais também passaram a contribuir mais para o avanço do setor. Os serviços prestados às famílias, por exemplo, que reúnem bares, restaurantes e hotéis, cresceram em agosto (1%) pelo sexto mês consecutivo.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, sábado 15 de outubro.

Brasil está caminhando para lançar o real digital

O BC (Banco Central) tem funcionado como um propulsor da inovação no setor financeiro. Além do Pix, está em curso também o LIFT (Laboratório de Inovações Financeiras e Tecnológicas). Trata-se de uma plataforma de lançamento de outras inovações com potencial transformador. O LIFT cria desafios relacionados a um tema específico e empresas e consórcios apresentam propostas sobre como melhor resolver a questão.

O tema atual do LIFT é justamente a criação de um real digital. Esse real pode ser criado como uma criptomoeda estável (stablecoin) cujo valor é atrelado à nossa moeda. A diferença é que esse real já seria criado dentro do guarda-chuva regulatório do BC, atendendo aos requisitos normativos aplicáveis ao setor financeiro. Seria um passo importante no sentido de haver no Brasil uma CBDC (moeda digital emitida pelo Banco Central).

O real digital muda muita coisa. Por exemplo, ele não precisa ficar "depositado" em uma instituição financeira. Pode ser custodiado pelos próprios usuários, que em tese não precisariam nem ter conta em um banco. Além disso, circula sem fronteiras, podendo ser comprado, vendido ou usado como meio de pagamento com alcance global. Por exemplo, alguém que viaja ao exterior poderia carregar sua carteira digital com reais digitais, no próprio celular, e fazer pagamentos ou mesmo converter e sacar dinheiro em outras moedas a partir dela.

O real digital abre as portas também para ser usado em contratos inteligentes e até mesmo em organizações autônomas descentralizadas. Seria possível, por exemplo, criar uma modalidade automática de pagamento de salário por "streaming". Em vez de ter o salário pago mensalmente, o trabalhador poderia receber um fluxo contínuo de dinheiro, depositado automaticamente na sua conta a cada segundo, proporcional ao pagamento mensal.

Além disso, o real digital tem o potencial também de se converter em ferramenta para combate à lavagem de dinheiro.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, segunda-feira 17 de outubro.